

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA NA UFSM: A PERCEPÇÃO DOS DIFERENTES AGENTES

BUDGET MANAGEMENT IN UFSM: PERCEPTIONS OF DIFFERENT AGENTS

Rui Tiago de Moraes Alves¹

Kelmara Mendes Vieira²

Ani Caroline Potrich³

Jéssica Pulino Campara⁴

Ana Luiza Paraboni⁵

Resumo: O presente estudo buscou analisar a percepção dos diferentes agentes sobre a distribuição e a gestão orçamentária na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Para isso, realizou-se uma pesquisa *survey* com 111 servidores da instituição. Como técnica de análise adotou-se as estatísticas descritivas, a Análise Fatorial Exploratória, a correlação de Spearman e os testes não paramétricos de diferença de mediana. A análise fatorial exploratória do construto percepção do orçamento universitário indicou a formação de oito fatores: Recursos, Conceituação, Projeção, Gastos Anuais, Relevância, Deficiências, Prazos, Prática. A escala de Conhecimento Orçamentário apontou cinco fatores: Transparência, Diárias e Passagens, Permanente, Distribuição, Prestação de contas. Os resultados evidenciam que os servidores apresentam um baixo nível de conhecimento a respeito dos critérios de distribuição de recursos entre a reitoria e os centros de ensino. Foi registrado também que os prazos para liberação e utilização dos recursos financeiros não é adequado, revelando que devem ser realizadas ações para melhorar o nível de transparência entre a reitoria e os centros de

¹ Mestre em Gestão de Organizações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é assistente em administração da Universidade Federal de Santa Maria. Avenida Roraima, nº1000, Prédio 74 c, Camobi, Santa Maria-RS. CEP: 97105-900.

² Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsita Produtividade do CNPQ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: kelmara@terra.com.br. Telefone: (55) 3220-9258. Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Administração, Avenida Roraima, nº1000, Prédio 74 c, Camobi, Santa Maria. CEP: 97105-900.

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: anipotrich@gmail.com. Telefone: (55) 9936-6552. Endereço para correspondência: Programa de Pós-Graduação em Administração, Avenida Roraima, nº1000, Prédio 74 c, Camobi, Santa Maria. CEP: 97105-900.

⁴ Graduanda do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jecampara@hotmail.com. Telefone: (55) 96033328. Endereço para correspondência: Curso de Administração, Avenida Roraima, nº1000, Prédio 74 c, Camobi, Santa Maria. CEP: 97105-900.

⁵ Graduanda do curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jecampara@hotmail.com. Telefone: (55) 96033328. Endereço para correspondência: Curso de Administração, Avenida Roraima, nº1000, Prédio 74 c, Camobi, Santa Maria. CEP: 97105-900.

ensino, bem como destes com as suas unidades administrativas no que tange a distribuição de recursos.

Palavras-chave: Orçamento universitário; Conhecimento; Percepção.

Abstract: *This study investigates the perception of different agents on the distribution and budget management at the Federal University of Santa Maria (UFSM). For this, we carried out a survey research with 111 servers institution. As analysis technique was adopted descriptive statistics, the exploratory factor analysis, the correlation coefficient and the median difference non parametric. The exploratory factor analysis of the construct perception of university budget indicated the formation of eight factors: resources, Conceptualization, Projection, Annual Expenses, Relevance, Weaknesses, Time, Practice. The scale Budget Knowledge scored five factors: Transparency, Daily and Cheap, Permanent, Distribution, Accountability. The results show that the servers have a low level of knowledge about the criteria for the distribution of resources between the rectory and education centers. It was also recorded that the deadlines for the release and use of financial resources is not adequate, revealing that actions should be undertaken to improve the level of transparency between the rectory and education centers, as well as those with their administrative units regarding the distribution of resources.*

Keywords: *university budget; Knowledge, Perception.*

1 Introdução

As rápidas mudanças em termos de acesso às informações contribuem ativamente para aumentar a cobrança por uma gestão pública mais eficiente, eficaz e efetiva na prestação dos serviços a comunidade (MATIAS-PEREIRA, 2008). A administração pública é a responsável pela execução de tarefas e disponibilização de serviços que sejam do interesse da sociedade como um todo (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998). Para que o Estado atenda adequadamente a essas demandas faz-se necessária a utilização de algumas ferramentas que balizem suas ações, dessa forma destaca-se o processo orçamentário, o qual se torna norteador dos passos gerenciais, prevendo as receitas e fixando as despesas, proporcionando para a Administração pública, um roteiro de como proceder com os gastos públicos, de maneira a trazer credibilidade ao desempenho de suas atividades (DANTAS *et al.*, 2012).

Salienta-se que o processo orçamentário, tem caráter preventivo e autorizativo das despesas que o Estado deve efetuar em um exercício (SILVA, 2004). Passos e Castro (2009) afirmam que o processo orçamentário é contínuo e dinâmico, utilizado com o intuito de evidenciar os planos e programas de trabalho do Estado em um determinado período. Dessa forma, o orçamento baliza, em termos financeiros e técnicos, as decisões políticas na alocação e distribuição dos recursos públicos, estabelecendo as ações e os programas prioritários para atender às necessidades da comunidade, além de permitir o controle das finanças públicas, evitando que sejam realizados gastos não previstos e desperdício de recursos. Além das funções de caráter eminentemente econômico e social que possui, esse instrumento também é caracterizado por possuir multiplicidade de aspectos: político, jurídico, contábil, econômico, financeiro e administrativo, confirmando assim, suas funções essenciais em todas as esferas governamentais (GIACOMINI, 2007). Resumidamente, Core (2004, p. 01) relata que “o sistema orçamentário compreende basicamente o desempenho de três funções: planejamento, gerência e controle”.

Portanto, o orçamento visto como um instrumento de controle da aplicação das verbas públicas torna-se um elemento muito importante ao atuar como um regulador das despesas realizadas pelo governo, que deve efetuar seus investimentos conforme o valor discriminado no conteúdo orçamentário, bem como servirá para a sociedade fiscalizar a implantação dessas verbas. Neste contexto, a investigação de processos orçamentários em setores específicos de atuação do Estado, como a educação, torna-se ainda mais relevante, considerando a expansão universitária promovida pelo governo federal. Segundo Reis (2011), o orçamento universitário teve um aumento considerável em seus recursos para o desenvolvimento institucional, principalmente no que tange ao custeio de atividades da graduação e da pós-graduação nas universidades brasileiras.

Dentre as esferas do orçamento público, nesse trabalho será focado o orçamento da Universidade Federal de Santa Maria. Tal instituto contábil/jurídico é executado a partir do Índice de Distribuição de Recursos (IDR), o qual regulamenta a distribuição dos recursos disponibilizados entre a reitoria e suas unidades de ensino com base nos indicadores estabelecidos, estando classificados em quatro grupos: ensino (de graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e desempenho retrospectivo de cada unidade de ensino (UFSM, 2011). Os principais indicadores de avaliação para o IDR são a produção acadêmica de graduação, a produção acadêmica de pós-graduação, a produtividade acadêmica, a produção intelectual, a produtividade de pesquisa, o espaço físico e a produção de extensão. Nesse contexto torna-se importante a identificação da percepção dos próprios servidores acerca do orçamento público, pois eles estão diretamente relacionados com os procedimentos de regulamentação, liberação e distribuição desses recursos. Diante disso, busca-se neste estudo responder à seguinte questão: como os diferentes agentes percebem a gestão orçamentária na UFSM? Com isso tem-se como objetivo analisar a percepção dos diferentes agentes sobre a distribuição e a gestão orçamentária na Universidade Federal de Santa Maria, além de evidenciar as possíveis diferenças na percepção sobre a gestão orçamentária entre os setores administrativos da UFSM.

2. Referencial Teórico

O conjunto de atividades destinadas à execução de tarefas consideradas de interesse público ou comum, numa coletividade ou numa organização estatal, corresponde ao conceito de administração pública (BOBBIO, MATTEUCCI E PASQUINO, 1998). Num sentido mais amplo, Matias-Pereira (2008) complementa afirmando que a mesma tem como propósito a gestão de bens e interesses qualificados da comunidade, segundo preceitos do Direito e da Moral, visando o bem comum. Lyrio, Dellagnelo e Lunkes (2013) acrescentam ainda que a administração pública, para desempenhar seu papel adequadamente faz uso de medidas administrativas e orçamentárias que balizam suas ações, sendo que a unidade administrativa é responsável pelas aplicações dos recursos financeiros e as medidas orçamentárias são de caráter regulamentador.

Segundo Sanvicente e Santos (1995), é um instrumento diretamente relacionado com o planejamento das atividades da instituição. Por outro lado, Lunkes (2009) compreende o orçamento como um plano de ação, envolvendo tanto aspectos financeiros como políticos, que serve como um direcionamento a ser seguido. Sendo assim, percebe-se a importância do

orçamento enquanto instrumento de apoio ao planejamento e ao controle da gestão, visto que possibilita a visualização do caminho que se deve seguir para colocar em prática os objetivos pré-estabelecidos.

Dessa forma, o orçamento público é um processo que o Estado utiliza continuamente para evidenciar seus planos como um todo em determinado período (PASSOS; CASTRO, 2009). Também é definido como o processo e o conjunto integrado de documentos pelos quais se elaboram, se expressam, se aprovam, se executam e se avaliam os planos e programas de obras, serviços e encargos governamentais, com estimativa da receita e fixação das despesas de cada exercício financeiro (SILVA, 2007).

Algumas vantagens no uso do instrumento são destacadas por Welsch (1983): desenvolvimento da sofisticação da administração em seu uso, comunicação adequada de atitudes, políticas e diretrizes pelos níveis administrativos superiores e a obtenção de flexibilidade administrativa no uso do sistema. Castanheira (2008) corrobora ao destacar vantagens como o apoio à tomada de decisão e o comprometimento dos gestores. Entretanto, o uso de práticas orçamentárias também pode causar algumas desvantagens, como o alto custo do sistema (Sanvicente e Santos, 1995).

Portanto, as implicações de um processo orçamentário ocorrem em todas as organizações. Na instituição de ensino sua importância, cresce na medida em que o governo federal incentiva a expansão universitária. O orçamento universitário está aumentando consideravelmente, tendo como base programas que incentivam o aumento do número de cursos oferecidos. As universidades são levadas a estabelecer políticas acadêmicas com os objetivos de minorar a evasão escolar, incentivar a criação de cursos noturnos e contribuir para a expansão do sistema federal de ensino superior (REIS, 2011).

Para que as universidades possam planejar e controlar suas atividades, utilizam o orçamento, que tem como característica ser um instrumento favorável à formalização e à sistematização dessas atividades, fazendo com que os procedimentos administrativos sejam utilizados mais adequadamente (MARION, 2002). Além disso, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, argumenta que o orçamento e o sistema de gestão financeira são os principais elementos do planejamento e implementação das universidades, de forma que o orçamento reproduz as políticas de desenvolvimento e suas prioridades, e o sistema de gestão financeira reflete a capacidade da instituição de viabilizar a ideia. Sendo assim, o orçamento constitui uma importante ferramenta utilizada a favor das instituições de ensino universitário, possibilitando o cumprimento dos objetivos e o desenvolvimento das atividades.

Nesse âmbito institucional, ressalta-se que para um processo orçamentário tornar-se produtivo para a consecução dos resultados almejados, necessita de informações, as quais dependem da atividade dos administradores. Sendo assim, Dantas *et al.* (2012) mencionam algumas características necessárias para merecer a aceitação interna e externa dos usuários: compreensibilidade, relevância, confiabilidade, comparabilidade, tempestividade e integralidade, ou seja, os agentes têm a responsabilidade de interarem-se dos assuntos referentes ao processo orçamentário para que assim possam desenvolver suas atividades e gerar informações adequadas.

2.2 Orçamento da UFSM

Atualmente, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é composta por oito Unidades de Ensino no seu campus de Santa Maria (Centro de Artes e Letras - CAL, Centro de Ciências da Saúde - CCS, Centro de Ciências Naturais e Exatas - CCNE, Centro de Ciências Rurais - CCR, Centro de Ciências Sociais e Humanas - CCSH, Centro de Educação - CE, Centro de Educação Física e Desportos – CEFD e Centro de Tecnologia – CT), Frederico Westphalen e Palmeira das Missões contêm o Centro de Educação Superior Norte - RS (CESNORS) e Silveira Martins, a Unidade de Descentralizada de Educação Superior de Silveira Martins (UDESSM) (UFSM, 2011).

O orçamento é distribuído entre suas Unidades de Ensino com base nos indicadores estabelecidos pelo Índice de Distribuição de Recursos (IDR), os quais estão classificados em quatro grupos: ensino (de graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e desempenho retrospectivo de cada unidade de ensino (UFSM, 2011). Cada um desses grupos é composto por outros indicadores que representam os pilares de sustentação da missão universitária. Dessa forma, os indicadores de avaliação para o IDR são distribuídos nos seguintes itens: produção acadêmica de graduação, produção acadêmica de pós-graduação, produtividade acadêmica, produção intelectual, produtividade de pesquisa, espaço físico e produção de extensão.

Dentre os indicadores de ensino, a Produção Acadêmica de Graduação mede a quantidade anual de alunos formados por curso e o número de vagas oferecidas no vestibular para o mesmo. A Produtividade Acadêmica contempla o somatório da quantidade de alunos matriculados em disciplinas dos departamentos, na graduação e na pós-graduação, dos professores efetivos e dos servidores técnico-administrativos lotados nas Unidades Universitárias. A Produção Acadêmica de Pós-Graduação mede a produção acadêmica da unidade no ensino de pós-graduação, levando em consideração o esforço dedicado a esse tipo de atividade. A Disponibilidade do Espaço Físico contempla as áreas físicas nas diversas Unidades Universitárias, considerando a área física construída, a área do terreno sem edificações e a área livre total. Já os Indicadores de Pesquisa, que têm na sua composição a Produção Científica e Intelectual, são os parâmetros que ponderam a dedicação relativa da unidade na produção científica e intelectual da instituição. Nesse mesmo contexto, encontra-se a Produtividade de Pesquisa, que procura medir a produtividade da unidade em relação à sua capacidade de produção científica e intelectual, considerando ainda, os números de monografias, dissertações e teses da unidade, bem como o número de docentes. Os Indicadores de Extensão, procuram medir a dedicação relativa da unidade no desenvolvimento de projetos de extensão da UFSM, tendo como variáveis os números de projetos de extensão concluídos por Centro, número total de projetos de extensão concluídos na UFSM, de projetos de extensão em andamento por Centro, de programas de extensão concluídos na UFSM, de programas de extensão em andamento por Centro e outras ações de extensão concluídas por Centro, como as concluídas na UFSM (UFSM, 2011).

A partir desses indicadores, o Índice de Distribuição de Recursos (IDR) da Universidade Federal de Santa Maria é elaborado levando em consideração a Matriz de Distribuição de Recursos Orçamentários da Secretaria de Ensino Superior – SESU/MEC, a Lei Orçamentária Anual e a composição dos recursos de Outros Custeios e Capital (OCC). O

objetivo da elaboração desse índice é permitir, através da distribuição dos recursos orçamentários, o incentivo à produção, à produtividade e à implementação de políticas de desenvolvimento de áreas de atuação, por meio da ponderação dos parâmetros fixados (UFSM, 2011). Tais parâmetros são fixados através de indicadores, que por sua vez, são determinados com o objetivo de medir o desempenho das unidades da instituição em cada área de atuação. Todos esses parâmetros são relativos, pois relacionam a unidade com a instituição como um todo.

Os pesos dos indicadores estão representados na equação abaixo:

$$\text{IDRC} = (4,221881070 \text{ PacG2} + 1,83886129 \text{ PAcPG} + 1,33886129 \text{ PrvAc2} + 0,503316774 \text{ PCI1} + 0,335544516 \text{ PCI2} + 0,83886129 \text{ PrvPE} + 0,0838125 \text{ EspFis} + 0,83886129 \text{ Pex}) / 10.$$

Ressalta-se que os números destacados na equação correspondem ao peso de cada uma das variáveis as quais são representadas por siglas respectivamente Produção Acadêmica de Graduação (PacG2), Produção Acad. de Pós-Graduação (PAcPG), Produtividade Acadêmica (PrvAc2), Produção Científica e Intelectual (PCI1), Produção Científica e Intelectual (PCI2), Produtividade de Pesquisa (PrvPE), Espaço Físico (EspFis) e Produção de Extensão (PEx). Evidencia-se, segundo a UFSM (2011), que o indicador Produção Acadêmica de Graduação (Peso 4,221881070) possui o maior valor entre os componentes do IDR utilizado pela instituição para a distribuição de recursos entre as unidades de ensino, demonstrando sua relevância na distribuição final dos recursos financeiros. Já o indicador Espaço Físico é o que possui a menor representatividade (Peso 0,0838125).

3. Método

O estudo considerou como universo de pesquisa servidores das Unidades de Ensino da Universidade Federal de Santa Maria, localizadas no campus de Santa Maria, Frederico Westphalen e Palmeira das Missões, as quais constam na divisão orçamentária de 2011 (UFSM, 2011). Fazem parte da população, Chefes ou Chefes Substitutos de Departamento, Coordenadores de Curso de Graduação e de Pós-Graduação, técnicos administrativos das Unidades de Ensino que desempenham as funções de Secretário Orçamentário, Secretário de Curso e Secretário de Departamento. Assim, foram aplicados 111 questionários nos meses de abril e maio de 2013. Além do questionário foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, cumprindo com as exigências do Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Maria onde o projeto foi registrado sob o número 164889136.0000.5346.

O instrumento de coleta de dados contemplou questões abertas e fechadas, buscou-se identificar os dados pessoais dos entrevistados e posteriormente, abordaram-se as questões específicas sobre o tema orçamento público. Para as questões sobre orçamento, foi utilizada a escala proposta por Vendramini (1996). O questionário foi constituído da seguinte forma: as questões de 01 a 07 identificam o perfil dos servidores; 08 e 09 abordam os conceitos de orçamento; 10 a 14 referem-se aos conceitos de orçamento como ferramenta do processo de gestão universitária; 15 e 16 abordam o orçamento como instrumento de gestão; 17 a 25 tratam da relação entre orçamento e gestão universitária; 25 a 33 são relativas às problemáticas da

gestão universitária e por fim as questões 34 a 72 abordam a questão da distribuição e gestão orçamentária dentro da UFSM, procurando investigar o grau de percepção dos entrevistados sobre a rotina financeira e outras atividades administrativas ligadas ao orçamento, tais como concessão de diárias e passagens, licitações e dispensa de licitações. Utilizou-se duas escalas do tipo Likert, com respostas de 1 a 5 que consideram primeiramente o grau de concordância (1 para “discordo totalmente” e 5 para “concordo totalmente”) e posteriormente o grau de conhecimento (1 para “desconheço totalmente” e 5 para “conheço totalmente”).

Para a análise dos dados foi utilizado o software SPSS 17.0®. Em um primeiro momento realizou-se a estatística descritiva dos dados com o objetivo de conhecer o perfil dos respondentes e analisar cada indicador separadamente (Percepção do Orçamento e Conhecimento Orçamentário). Em seguida, realizou-se uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) que segundo Hair *et al.* (2009), é uma técnica estatística que pode sintetizar as informações de um grande número de variáveis em um número menor agrupando-os em fatores. Para verificar a adequação da utilização da Análise Fatorial aplicaram-se os testes de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e de esfericidade de *Bartlett*. Enquanto o teste KMO mede a adequação dos dados, onde valores iguais ou menores do que 0,5 indicam que a realização da análise fatorial é insatisfatória devido à fraca correlação entre as variáveis, o teste de esfericidade de *Bartlett*, avalia a significância geral da matriz de correlação e busca testar a inexistência de correlação perfeita entre as variáveis (MALHOTRA, 2006). Para medir a proporção da variância explicada pelos fatores, utilizou-se a análise das comunalidades extraídas que, por regra prática, devem alcançar um valor superior a 0,5 (CORRAR, PAULO, FILHO, 2009). Em seguida, para a determinação do número de fatores e das questões correspondentes a cada um deles, empregou-se os critérios de autovalor e variância extraída. Conforme regra sugerida por Hair *et al.* (2009), a análise da variância total explicada deve atingir no mínimo 60% da variância acumulada e os autovalores devem ser superiores a 1. Após a definição dos fatores, foram calculadas as estatísticas descritivas para identificar média, mediana e desvio padrão de cada um dos fatores, bem como o teste da confiabilidade da escala fornecido pelo *Alfa de Cronbach*, o qual deve alcançar, segundo Hair *et al.* (2009), o valor mínimo de 0,6.

Após essas análises, visando estabelecer a relação entre os fatores, optou-se pelo coeficiente de correlação Posto-Ordem de *Spearman*, que mede a associação entre duas variáveis de escala ordinal, de modo que os objetos ou indivíduos em estudo possam ser dispostos em duas séries ordenadas (SIEGEL e CASTELLAN, 2006). Valores menores que 0,2 indicam associação muito baixa; entre 0,2 e 0,39 baixa; entre 0,40 e 0,69 moderada; entre 0,7 e 0,89 alta e valores superiores a 0,9 indicam uma associação muito alta (PESTANA e GAGEIRO, 2003).

Por fim, com o intuito de examinar se há diferenças entre os fatores indicados na AFE em relação às variáveis demográficas e socioeconômicas, foram utilizados os testes não paramétricos de diferença de mediana (*Wilcoxon Mann Whitney*) e análise de variância (*Kruskal Wallis*). A fim de verificar as diferenças de mediana entre dois grupos (sexo) foi utilizado o teste não paramétrico *Wilcoxon Mann Whitney*, o qual compara a mediana de uma variável em um grupo com a mediana da mesma variável em outro grupo. Já para verificar se há diferença de mediana para variáveis com mais de dois grupos, foi aplicada a análise de variância (*Kruskal Wallis*), a qual permite comparar, simultaneamente, a mediana de vários grupos utilizando

variáveis contínuas. Destaca-se que para as análises de diferença entre os grupos e de correlação, as variáveis originais foram transformadas em fatores. Como por exemplo, a criação de um fator denominado “Recursos”, definido como a média das respostas dos entrevistados para as questões de número 34, 35, 36 e 37 do questionário original.

4. Análise dos Resultados

Quanto ao perfil dos servidores, percebe-se que a maioria é do sexo masculino (61,26%), apresentam idade média de 44,56 anos, possuem o ensino médio completo (4,50%) e atuam como secretários administrativos (54,05%), secretários de curso (32,43%) e secretários de departamento (21,62%), sendo que são servidores há aproximadamente 15 anos e exercem a função há 5,61 anos. No que tange ao centro de ensino, 44,14% pertence ao Centro de Ciências Sociais e Humanas, seguido pelo Centro de Tecnologia (16,22%).

Os testes descritivos de média, mediana e desvio padrão da escala de percepção dos servidores acerca do orçamento universitário demonstram que os gestores reconhecem a necessidade da vinculação do orçamento ao plano, identificando assim sua importância na gestão universitária. No entanto, a maioria dos respondentes acredita ser necessária a integração entre planejamento e orçamento, determinando assim, o sucesso da instituição. Ao serem questionados a respeito do orçamento da Universidade Federal de Santa Maria, evidencia-se que a maioria dos entrevistados concorda que é realizado o planejamento dos gastos anuais, tanto em nível de centro de ensino, quanto em nível de unidade de atuação. Entretanto, as variáveis relacionadas aos prazos alcançaram maiores índices de discordância, destacando que se os prazos fossem estendidos, certamente haveria um melhor uso dos recursos disponibilizados, já que, em alguns casos, ocorre a devolução de recursos no final do ciclo orçamentário devido às dificuldades encontradas pelos seus gestores na utilização dos usuários. Além disso, destaca-se que é elevado o número de respondentes que utiliza apenas a listagem de materiais disponíveis no SIE (Sistema de Informação para o Ensino) para a realização de compras para seu centro de ensino ou unidade de atuação. Isso mostra que os procedimentos de licitação ou dispensa de licitação, nos setores pesquisados, raramente são utilizados. Em relação ao Índice de Distribuição de Recursos (IDR) e especificadamente, sobre o conhecimento do indicador mais importante na composição do IDR da UFSM, as respostas obtidas foram insatisfatórias, revelando que a maioria dos entrevistados não conhece efetivamente a forma de distribuição de recursos e os seus respectivos indicadores de formação.

Posteriormente, realizou-se a Análise Fatorial Exploratória. Todas as fatoriais foram estimadas pelo método de extração dos componentes principais e com rotação Varimax. Inicialmente, para avaliar a fatorabilidade dos dados da amostra de Percepção do Orçamento Universitário foram aplicados os testes *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO) e Esfericidade de Bartlett. O Teste de KMO resultou em um coeficiente de 0,584 e o teste da esfericidade de Bartlett assumiu o valor de 1606,83, significativo a 1%. Na análise da comunalidade, a questão “Na gestão universitária, as decisões tomadas devem, rigidamente, obedecer ao estabelecido no planejamento universitário” foi excluída por apresentar comunalidade menor que 0,50.

O instrumento utilizado apresentou doze fatores com autovalores superiores a um e explicando 71,85% da variância total. Em seguida, analisou-se o *Alpha de Cronbach* de cada

fator, quatro apresentaram valores inferiores a 0,60, sendo assim excluídos. A composição dos fatores que após a análise do *Alpha de Cronbach* foram considerados consistentes é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1. Composição dos fatores da escala de Percepção do Orçamento Universitário

Variáveis	Carga Fatorial
Fator 1 – Recursos	
Os recursos orçamentários de capital da Unidade de Ensino onde atuo são suficientes para atendimento às demandas.	0,87
Os recursos orçamentários totais da Unidade de Ensino onde atuo são suficientes para atendimento às demandas.	0,86
Os recursos orçamentários de custeio da Unidade de Ensino onde atuo são suficientes para atendimento às demandas.	0,84
A distribuição dos recursos entre custeio e capital é adequada.	0,77
Fator 2 - Conceituação	
O Orçamento é a parte mais detalhada de um plano, refletindo as prioridades da instituição.	0,81
O Orçamento é um instrumento gerencial que quantifica e aloca os recursos necessários para as atividades planejadas.	0,80
O Orçamento é o instrumento mais importante para alcançar os objetivos da instituição, uma vez que quantifica as atividades relacionadas no Planejamento.	0,53
Fator 3 – Projeção	
Na gestão universitária, o Orçamento concretiza o futuro delineado pelo Planejamento.	0,74
O Orçamento caracteriza-se como a forma mais concreta de materialização de um futuro desejado.	0,71
Conclusão	
A integração entre Planejamento e Orçamento é condição necessária para o sucesso da instituição universitária.	0,59
O Orçamento é um instrumento que viabiliza o Plano, ao alocar recursos observando objetivos, prioridades e ações nele estabelecidas.	0,53
Fator 4 – Gestão de Gastos	
Na Unidade onde atuo todos conhecem o planejamento dos gastos anuais.	0,86
No Centro de Ensino onde atuo todos conhecem o planejamento dos gastos anuais.	0,78
No Centro de Ensino onde atuo realiza-se o planejamento dos gastos anuais.	0,65
Na Unidade onde atuo realiza-se o planejamento dos gastos anuais.	0,59
Fator 5 – Relevância	
Na gestão universitária, o Orçamento não tem sido relevante na integração entre as ações e resultados.	0,84
Na gestão universitária, o Orçamento é um simples procedimento contábil de distribuição de recursos.	0,80

As decisões quanto ao Orçamento são irrelevantes, dada a sua limitada contribuição ao sucesso da gestão universitária.	0,51
O sucesso da gestão universitária não está relacionado ao desempenho orçamentário da instituição.	0,50
Fator 6 – Deficiência	
Na gestão universitária, a relação entre Planejamento e Orçamento inexistente.	0,88
Na prática da gestão universitária, o Orçamento está desarticulado do Planejamento.	0,82
O Planejamento praticado na universidade tem se limitado à elaboração das propostas orçamentárias.	0,52
O Orçamento, na gestão universitária, é elaborado com base em realismo, flexibilidade e acompanhamento permanente por parte dos administradores.	-0,44
Fator 7 – Prazos	
Os prazos para utilização dos recursos são adequados.	0,83
Os prazos de liberações orçamentárias são adequados.	0,77
Fator 8 – Prática	
A prática do Orçamento torna-se necessária quando os recursos são escassos.	0,83
A dificuldade em estabelecer objetivos e definir prioridades torna impossível a prática orçamentária na universidade.	0,75

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

Em todos os fatores foram selecionadas variáveis com carga fatorial superior a 0,40, indicando assim que elas são representantes úteis, salientando que quanto maior a carga fatorial, maior a sua contribuição para formação do fator.

O fator 1, denominado “Recursos”, busca identificar se os recursos orçamentários da unidade, incluídos os de capital e custeio, são suficientes para atender as demandas da mesma, bem como procura verificar se a distribuição entre custeio e capital dos recursos recebidos é adequada. O fator 2, chamado de “Conceituação”, identifica as características principais do orçamento, tais como a instrumentalidade do mesmo para alocação de recursos e a sua importância em alcançar os objetivos institucionais por alocar os recursos recebidos. O terceiro fator, “Projeção”, procura ver se o orçamento concretiza o futuro estabelecido no planejamento e se é caracterizado como a forma concreta da materialização do que foi estipulado através da integração dessas duas ferramentas para o sucesso da instituição universitária, onde o orçamento é o instrumento viabilizador do planejamento estabelecido. O fator de número 4, chamado de “Gastos Anuais”, verifica se no centro de ensino e na unidade de atuação ocorre o planejamento dos gastos anuais, bem como se há um conhecimento prévio desse planejamento.

Já o quinto fator, denominado “Relevância”, busca identificar a relevância do orçamento na integração entre ações e resultados obtidos, verificar a importância das decisões tomadas em relação ao orçamento e a relação entre o sucesso da gestão universitária e o orçamento. O fator de número 6, “Deficiências”, relaciona possíveis carências entre o orçamento e o planejamento, tais como uma relação mais sólida entre essas ferramentas e uma articulação mais elaborada entre eles. O fator 7, denominado “Prazos”, procura avaliar se os prazos para utilização e liberação dos recursos orçamentários são adequados. O oitavo fator,

chamado de “Prática”, busca identificar se a prática do orçamento é necessária numa eventual escassez de recursos e verificar se a dificuldade em estabelecer objetivos torna mais difícil a prática orçamentária dentro da instituição.

Na estimação da Análise Fatorial das questões de Conhecimento do Orçamento Universitário, o teste de KMO resultou em um coeficiente de 0,839, o teste da esfericidade de Bartlett assumiu o valor de 1.830,31 significativo a 1% e na análise das comunalidades, nenhuma questão foi anulada. O instrumento utilizado apresentou seis fatores com autovalores superiores a um e explicando 72,45% da variância total. Em seguida, analisou-se o *Alpha de Cronbach* individualmente, onde um deles apresentou apenas uma variável, sendo assim excluído da análise. A composição dos fatores que após a análise do *Alpha de Cronbach* foram considerados consistentes é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2. Composição dos fatores da escala de Conhecimento do Orçamento Universitário

Variáveis	Carga Fatorial
Fator 1 – Transparência	
Na Unidade onde atuo a prestação de contas dos gastos da unidade é transparente.	0,81
Na Unidade onde atuo existem regras claras para a distribuição de recursos aos solicitantes.	0,78
Na Unidade onde atuo são realizadas discussões sobre a prioridade para aplicação dos recursos.	0,68
No Centro de Ensino onde atuo existem regras claras para a distribuição de recursos aos solicitantes.	0,64
Conheço a distribuição de recursos entre custeio e capital.	0,60
Conheço a forma de distribuição orçamentária dentro da minha Unidade de Ensino.	0,60
De maneira geral, como você classificaria seu conhecimento sobre o orçamento da UFSM.	0,59
No Centro de Ensino onde atuo a prestação de contas dos gastos da unidade é transparente.	0,56
Na unidade onde atuo a distribuição de recursos entre custeio e capital é adequada às necessidades.	0,54
Fator 2 – Diárias e Passagens	
Conheço os procedimentos necessários para liberação de passagens aéreas.	0,84
Conheço os procedimentos necessários para liberação de diárias através do SCDP.	0,81
Conheço as regras para concessão de diárias.	0,69
A unidade onde atuo mantém controle atualizado dos gastos orçamentários.	0,54
Fator 3 – Permanente	
Conheço os procedimentos necessários para o gasto com material permanente através de empenho.	0,73
Conheço os procedimentos necessários para o gasto com material permanente através da licitação.	0,73
Domino os procedimentos necessários para a realização dos gastos orçamentários.	0,69
Domino os procedimentos necessários para prestação de contas dos gastos orçamentários.	0,67

Conheço os procedimentos necessários para o gasto com material permanente através da dispensa de licitação.	0,61
Fator 4 – Distribuição	
Conheço a distribuição orçamentária entre Reitoria e Unidades de Ensino.	0,80
Conheço os indicadores que formam o IDR (Índice de Distribuição de Recursos) da UFSM.	0,79
Fator 5 – Prestação de contas	
Na Unidade onde atuo é realizada a prestação de contas dos gastos da unidade para os órgãos consultivos (Conselhos Superiores).	0,79
No Centro de Ensino onde atuo é realizada a prestação de contas dos gastos da unidade para os órgãos consultivos (Colegiado de Curso, Colegiado de Departamento ou Conselho de Centro).	0,77
No Centro de Ensino onde atuo são realizadas discussões sobre a prioridade para aplicação dos recursos.	0,58

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

O fator de número 1, “Transparência”, analisa a transparência da prestação de contas efetuadas nos centros e unidade de ensino, bem como a existência de regras para a distribuição de recursos aos solicitantes, prioridade para aplicação desses e também verificar se a distribuição de recursos de custeio e capital é adequada. Busca inclusive, constatar o conhecimento sobre a distribuição de recursos entre custeio e capital. Já o fator 2, “Diárias e Passagens”, aborda o conhecimento sobre os procedimentos para a liberação de diárias e passagens aéreas, bem como as regras que determinam essa concessão e verificar se há um controle atualizado desses gastos. O terceiro fator, “Permanente”, procura avaliar o conhecimento sobre os procedimentos para gastos através de empenho, licitação e dispensa de licitação, assim como, procedimentos necessários para a realização dos gastos e sua posterior prestação de contas.

O fator de número 4, “Distribuição”, verifica o conhecimento sobre a distribuição orçamentária entre a reitoria e os centros de ensino, além dos indicadores que formam o Índice de Distribuição de Recursos (IDR) da UFSM. Por fim, o quinto fator, denominado “Prestação de contas” busca conhecer se ocorre a realização da prestação de contas dos centros de ensino e suas respectivas unidades para os órgãos consultivos superiores e se são realizadas discussões sobre a prioridade de aplicação dos recursos.

Após a estimação das análises fatoriais, foram construídos os fatores a partir do cômputo da média das respostas de cada entrevistado para cada fator. A estatística descritiva dos fatores encontra-se na Tabela 3.

Tabela 3. Estatística descritiva dos fatores

Escalas	Fator	Média	Mediana	Desvio Padrão
Percepção de Risco	Recursos	2,83	3,00	1,22
	Conceituação	3,94	4,00	0,77
	Projeção	4,28	4,25	0,58
	Gastos anuais	3,13	3,00	0,91
	Relevância	2,21	2,25	0,93
	Deficiências	2,41	2,25	0,88

	Prazos	2,56	2,00	1,19
	Prática	3,47	3,50	1,19
Comportamento de Risco	Transparência	3,59	3,75	0,96
	Diárias e Passagens	3,86	4,00	1,11
	Permanente	3,68	4,00	1,11
	Distribuição	2,95	3,00	1,30
	Prestação de contas	3,26	3,33	1,17

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

Analisando a estatística descritiva dos fatores, verifica-se que os maiores resultados foram alcançados pelo fator projeção (média 4,28 e mediana 4,25). Considerando que a escala deste fator variava de 1 (discordo) até 5 (concordo), percebe-se que os servidores predominantemente concordam, indicando que o orçamento é visto como uma projeção. Com isso, tem-se uma percepção de conhecimento da projeção futura mais elevada. Além disso, o fator referente à conceituação do orçamento (média 3,94 e mediana 4,00) também apresentou valores elevados de conhecimentos. No entanto, verifica-se que os fatores relevância (média 2,21 e mediana 2,25) e o fator deficiências (média 2,41 e mediana 2,25) apresentam discordâncias maiores do que os demais. Na escala de conhecimento do orçamento universitário, o fator referente à distribuição dos recursos obteve os menores valores (média 2,95 e mediana 3,00) e o fator diárias e passagens apresentou o maior conhecimento por parte dos servidores (média 3,86 e mediana 4,00). A fim de analisar a associação entre os fatores, utilizou-se o coeficiente de correlação de Spearman como demonstrados nas Tabelas 4 e 5.

Tabela 4. Coeficientes de Correlação de Spearman entre os fatores da escala de Percepção do Orçamento Universitário

Fatores	Recursos	Conceituação	Projeção	Gastos anuais	Relevância	Deficiências	Prazos	Prática
Recursos	1,000	-0,028	-0,008	0,229*	-0,012	-0,125	0,373**	0,023
Conceituação	-0,028	1,000	0,427**	0,031	-0,143	-0,216*	0,048	0,024
Projeção	-0,008	0,427**	1,000	0,072	-0,176	-0,216*	-0,016	0,176
Gastos anuais	0,229*	0,031	0,072	1,000	-0,114	-0,103	0,035	0,054
Relevância	-0,012	-0,143	-0,176	-0,114	1,000	0,443**	0,083	0,189*
Deficiências	-0,125	-0,216*	-0,216*	-0,103	0,443**	1,000	-0,106	0,095
Prazos	0,373**	0,048	-0,016	0,035	0,083	-0,106	1,000	0,201*
Prática	0,023	0,024	0,176	0,054	0,189*	0,095	0,201*	1,000

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

*Significativo a 5% e **Significativo a 1%

A partir da Tabela 4, observa-se que a maioria dos coeficientes não são significativos. Dentre os significativos, há uma correlação positiva e moderada entre os fatores projeção e conceituação (0,427), e uma correlação baixa entre os fatores recursos e gastos anuais (0,229) e entre os fatores recursos e prazos (0,373). Tais resultados indicam que os recursos estão diretamente associados às dimensões dos gastos e dos prazos orçamentários. Destaca-se ainda uma correlação baixa e negativa entre o fator deficiências e os fatores conceituação e projeção.

Tabela 5. Coeficientes de Correlação de Spearman entre os fatores da escala de Conhecimento do Orçamento Universitário

Fatores	Transparência	Diárias e passagens	Permanente	Distribuição	Prestação de contas
Transparência	1,000	0,630**	0,563**	0,561**	0,627**
Diárias e passagens	0,630**	1,000	0,557**	0,457**	0,466**
Permanente	0,563**	0,557**	1,000	0,526**	0,329**
Distribuição	0,561**	0,457**	0,526**	1,000	0,358**
Prestação de contas	0,627**	0,466**	0,329**	0,358**	1,000

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

*Significativo a 5% e **Significativo a 1%

As correlações entre os fatores da escala de conhecimento do orçamento universitário foram todas significativas e positivas, indicando uma associação direta entre os fatores. A maioria das associações é moderada, pois os coeficientes apresentaram valores entre 0,33 e 0,63. Tais associações eram esperadas uma vez que, em termos gerais, os servidores que conhecem uma parte da distribuição orçamentária, como por exemplo, o procedimento de emissão de diárias e passagens, geralmente dominam outros fatores, como por exemplo, o fator permanente. Do mesmo modo, o domínio dos fatores prestação de contas e distribuição está associado à percepção de transparência.

Na última etapa da pesquisa buscou-se avaliar a influência das variáveis de perfil sobre os fatores relacionados à percepção e ao conhecimento orçamentário na UFSM. Para a análise das diferenças entre grupos, a variável cargo ocupado foi alterada passando a ser composta por 4 grupos, divididos em diretores e vice-diretores de unidade de ensino, chefes de departamento, coordenadores de graduação e pós-graduação e secretários. Para isso foram aplicados os testes de Wilcoxon Mann Witney e Kruskal Wallis. Os resultados são apresentados na Tabela 6 e Tabela 7.

Tabela 6. Testes de diferença entre grupos, segundo as variáveis sexo, escolaridade, centro de ensino e função exercida para os fatores da escala de percepção do orçamento universitário

Variáveis	Recursos	Conceituação	Projeção	Gastos anuais	Relevância	Deficiências	Prazos	Prática
	Sig.	Sig.	Sig.	Sig.	Sig.	Sig.	Sig.	Sig.
Sexo (1)	0,365	0,905	0,306	0,270	0,460	0,386	0,564	0,861
Escolaridade (2)	0,053	0,136	0,284	0,510	0,709	0,447	0,159	0,821
Centro de Ensino (2)	0,001	0,011	0,941	0,006	0,746	0,613	0,655	0,466
Função Exercida (2)	0,875	0,075	0,065	0,005	0,829	0,433	0,436	0,132

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

(1) Teste Wilcoxon Mann Witney e (2) Teste Kruskal Wallis

Com base nos resultados encontrados na escala de percepção do orçamento universitário, pode-se verificar que a maioria dos fatores que a compõem não apresentou diferença significância entre os grupos.

Considerando as diferenças em relação ao centro de ensino a que pertencem, ao analisar o fator recursos, nota-se que os pertencentes ao CAL e ao CCNE apresentam uma maior mediana, 4,00 e 3,50, respectivamente. Já as piores percepções quanto aos recursos, foram encontradas nos indivíduos do CCR (mediana 1,00), seguidos do CEFD (mediana 1,75). Ao mensurar as diferenças no fator conceituação, os indivíduos pertencentes ao CCR apresentaram o valor máximo (mediana 5,00), seguidos do CE (mediana 4,67); contrapondo os indivíduos do CEFD que apresentaram o menor conhecimento referente aos conceitos do orçamento, com mediana de 3,67. De maneira geral, os indivíduos apresentaram bons índices de conhecimentos sobre os conceitos do orçamento universitário em todos os centros de ensino. No fator gastos anuais, as maiores medianas foram encontradas no CCS (4,25) e no CCNE (4,00), em contrapartida aos indivíduos pertencentes ao CESNORS (mediana 2,00) e CCR (mediana 2,50) que desconhecem os gastos anuais do orçamento universitário.

Ao analisar as diferenças na percepção dos gastos anuais conforme a função exercida, percebe-se que os diretores e vice-diretores das unidades de ensino apresentam maior conhecimento (mediana 4,00). Já os coordenadores de graduação e pós-graduação se mostraram os que menos conhecem os gastos anuais, apresentando uma mediana de 2,75.

Tabela 7 - Testes de diferença entre grupos, segundo as variáveis sexo, escolaridade, centro de ensino e função exercida para os fatores da escala de conhecimento do orçamento universitário

Variáveis	Transparência	Diárias e passagens	Permanente	Distribuição	Prestação de contas
	Sig.	Sig.	Sig.	Sig.	Sig.
Sexo (1)	0,493	0,838	0,575	0,711	0,888
Escolaridade (2)	0,155	0,976	0,491	0,488	0,126
Centro de Ensino (2)	0,001	0,001	0,003	0,003	0,073
Função exercida (2)	0,000	0,025	0,001	0,000	0,011

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos resultados da pesquisa

(1) Teste Wilcoxon Mann Witney e (2) Teste Kruskal Wallis

A fim de entender as diferenças existentes na escala de conhecimento do orçamento universitário, comparou-se a mediana dos grupos. Porém, apenas as variáveis centro de ensino e função exercida apresentaram significância estatística.

Analisando o centro de ensino ao qual pertencem os indivíduos, no fator transparência, encontrou-se as maiores medianas no CE (4,61), no CCNE (4,39) e no CCS (4,33). Já as piores percepções quanto à transparência foram encontradas nos indivíduos do CEFD (mediana 1,89) seguido do CESNORS (mediana 2,33) e do CCR (mediana 2,50). No fator referente ao conhecimento de diárias e passagens, os indivíduos pertencentes ao CCNE apresentaram o valor máximo (mediana 5,00), seguidos dos indivíduos do CE (4,88) e do CCS (4,75). No entanto, os pertencentes ao CEFD (mediana 2,50) e ao CCR (mediana 3,5) são os que apresentam os maiores desconhecimentos do assunto.

As diferenças encontradas para o fator gastos com materiais permanentes em relação ao centro de ensino indicam, de maneira geral, um bom conhecimento do assunto, com medianas próximas a 4,00, destacando-se o grupo do CE que apresenta o valor máximo (mediana 5,00), em contrapartida ao grupo do CEFD que se apresenta indiferente ao tema (mediana 3,00). Ao analisar o fator distribuição dos recursos orçamentários, percebe-se que os indivíduos do CCNE e do CE são os que mais conhecem tal assunto, apresentando uma mediana de 4,75. Já os pertencentes ao CESNORS (mediana 2,00) e ao CCSH (mediana 2,50) são os que apresentaram os menores conhecimentos.

De maneira geral, os resultados das Tabelas 6 e 7 indicam um bom nível de conhecimento dos procedimentos orçamentários. No entanto, cabe destacar o CEFD por ter apresentado baixas medianas em diversos fatores.

Prosseguindo na análise, buscou-se verificar as diferenças existentes conforme a função exercida. Foi possível constatar que os diretores e vice-diretores das unidades de ensino foram os que apresentaram as maiores medianas em todos os fatores. Assim, verifica-se que tais indivíduos apresentam um maior conhecimento do orçamento universitário entre todos os pesquisados, destacando-se o fator referente às diárias e passagens em que todos os indivíduos apresentaram bom conhecimento, inclusive com os diretores e vice-diretores das unidades de ensino apresentando mediana 5,00. No entanto, os secretários apresentam os menores conhecimentos quanto ao orçamento universitário, destacando-se o fator distribuição dos recursos (mediana 2,50) e o fator prestação de contas (mediana 3,00). O único fator em que os secretários não apresentam o menor nível de conhecimento do orçamento universitário é o fator permanente, em que os coordenadores de graduação e pós-graduação apresentam mediana de 3,60.

As diferenças obtidas segundo a função exercida novamente indicam um bom nível de conhecimento entre os diferentes grupos. As funções superiores, diretores e vice-diretores, conhecem a maioria dos aspectos orçamentários. Por outro lado, observou-se que as maiores dificuldades dos secretários se referem ao conhecimento dos critérios de distribuição dos recursos.

5. Considerações finais

O trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos diferentes agentes sobre a distribuição e a gestão do orçamento da Universidade Federal de Santa Maria. Os resultados obtidos indicam que os servidores da UFSM reconhecem a importância das ferramentas planejamento e orçamento. Entretanto, ao se passar do campo teórico para a sua aplicação prática, percebe-se que a percepção dos entrevistados se torna mais heterogênea, ainda mais no que relaciona às limitações do planejamento, à integração entre ações e resultados, bem como, a escassez de recursos financeiros.

No que tange à percepção do orçamento universitário, as questões relacionadas aos prazos foram as que alcançaram grandes índices de discordância, já que, em alguns casos, ocorre a devolução de recursos no final do ciclo orçamentário devido às dificuldades encontradas pelos seus gestores na aquisição dos mesmos. Outro ponto preocupante a ser destacado é que a maioria dos respondentes utiliza apenas a listagem de materiais disponíveis no SIE para a realização de compras para o seu centro de ensino ou unidade de atuação. Isso

mostra que os procedimentos de licitação ou dispensa de licitação, nos setores pesquisados, raramente são utilizados. Demonstrando assim, que há uma acomodação por parte desses setores, já que esperam o material estar disponível no sistema para efetuar sua aquisição. Neste contexto, duas ações poderiam ser desenvolvidas. A primeira seria um melhor planejamento e uma melhor estruturação do processo de aquisição dos materiais, permitindo assim, a ampliação dos equipamentos disponíveis e a disponibilização de compras desses equipamentos através do SIE ao longo de todo o período orçamentário. Já a segunda ação seria voltada ao treinamento e atualização dos servidores quanto aos procedimentos necessários para a dispensa de licitação e para a licitação. Assim, as unidades orçamentárias ficariam menos dependentes do SIE na medida em que dominem e utilizem as outras formas de aquisição.

Merece destaque também o fato de que mais da metade dos entrevistados não conhece a forma de distribuição de recursos entre a reitoria e os centros de ensino. Isso mostra que há uma falta de transparência entre esses dois órgãos, fazendo com que apenas alguns indivíduos tomam conhecimento desses critérios. Salienta-se que é um dever da administração central informar como se dá a distribuição de recursos entre reitoria e os centros de ensino da instituição. Corroborando com esse diagnóstico as respostas obtidas sobre qual o indicador é o mais importante na composição do IDR da UFSM. Houve grande disparidade nas respostas evidenciando que grande parte dos entrevistados não conhece efetivamente a forma de distribuição de recursos e os seus respectivos indicadores de formação, demonstrando assim um desconhecimento preocupante.

A transparência na gestão de recursos orçamentários deve ser aumentada de forma significativa, pois a distribuição orçamentária é uma questão muito delicada para ser conhecida por poucos, ou desconhecida por muitos, como demonstra o resultado desse trabalho. Ações que mostrem como são definidos os indicadores formadores do IDR devem ser realizadas, disseminando o conhecimento junto aos centros de ensino, pois a gestão orçamentária não só das unidades de atuação dos servidores, mas também dos centros de ensino deve ser melhorada.

Um dos fatores limitantes desse trabalho foi encontrado no momento da distribuição dos questionários, onde diversos servidores não quiseram preencher o instrumento de pesquisa, alegando desconhecimento sobre o que estava sendo perguntado. Essa reação demonstra que apesar de se trabalhar diariamente com questões relacionadas ao orçamento, muitos servidores desconhecem de uma forma mais específica detalhes técnicos sobre o orçamento da universidade. Para pesquisas futuras, sugere-se a aplicação deste mesmo instrumento de coleta de dados em outras instituições de ensino, a fim de efetivar um comparativo entre a percepção de ambos os agentes.

Referências

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

CASTANHEIRA, D. R. F. **O uso do orçamento empresarial como ferramenta de apoio à tomada de decisão e ao controle gerencial em indústrias farmacêuticas de médio porte**.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CORRAR, J. L. *et al.* **Análise Multivariada: para os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Economia.** FIPECAFI – Fundação Instituto de pesquisas contábeis, atuariais e financeiras. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CORE, F. G. **Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação de recursos públicos.** In: IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, 2004, Madrid. **Anais...** Madrid, 2004.

CRUB. **Proposta de modelo de avaliação institucional para as unidades brasileiras.** Brasília, DF, 2000. 65ª Plenária.

DANTAS, F. C.; ALBUQUERQUE, L. S.; RÊGO, T. F.; CARVALHO, J. R. M. C. **O orçamento público como ferramenta efetiva para a gestão e controle financeiro da administração pública: uma análise da percepção dos gestores municipais da microrregião de SOUSA/PB.** 9º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo, jul. 2012.

GIACOMINI, J. **Orçamento público.** São Paulo: Atlas, 2007.

HAIR, J. R. *et al.* **Análise multivariada de dados.** 6ª ed., Porto Alegre: Bookman, 2009.

LUNKES, R. J. **Manual de orçamento.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LYRIO, M. V. L.; DELLAGNELO, E. H. L. e LUNKES, R. J. O perfil metodológico da produção científica em orçamento público: uma análise do cenário brasileiro na primeira década do século XXI. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 3, n. 1, p. 90-106, 2013.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATIAS-PEREIRA, J. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais.** São Paulo: Atlas, 2008.

PASSOS, A. P. F.; CASTRO, P. S. C. O orçamento e a dívida pública federal. In: SILVA, A. C.;

CARVALHO, L. O.; MEDEIROS, O. L. (Orgs). **Dívida pública: a experiência brasileira.** Brasília: STN, 2009, p. 219 – 242.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de dados para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS**. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

REIS, C. Z. T. **Estágios da institucionalização do modelo de alocação de recursos orçamentários das universidades federais brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal de Viçosa, 2011.

SANVICENTE, Antonio Zoratto, SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

SIEGEL, S.; CASTELLAN, N. J. Jr. **Estatística Não – Paramétrica para Ciência do Comportamento**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

SILVA, P. M.; CARVALHO, W. W.; CARVALHO, F. A.; FURTADO, R. P. M. Planejamento orçamentário: as práticas da Universidade Federal de Lavras. **Revista Gestão Universitária na América Latina**. Florianópolis, v. 5, nº 4, p. 209-227, Edição Especial 2012.

UFSM. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Normas para distribuição de recursos de outros custeios e capital (OCC) – Orçamento 2011**. Santa Maria: 2011.

Disponível em: <

http://w3.ufsm.br/proplan/images/stories/file/COPLEC/ENCAMINHAMENTOIDR2011AOC_ONSU.pdf>. Acesso em: 25 de abril de 2013.

VENDRAMINI, L. P. **Integração planejamento e orçamento: o caso das universidades particulares**. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial). Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Estácio de Sá, 1996.

WELSCH, Glenn Albert. **Orçamento empresarial**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1983.